



# DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO (DPU)

## CONCURSO PÚBLICO (Aplicação: 4/8/2001)

### CARGO: DEFENSOR PÚBLICO DA UNIÃO DE 2.ª CATEGORIA

Nas questões de 1 a 50, marque, de acordo com o comando de cada uma delas: itens **CERTOS** na coluna C; itens **ERRADOS** na coluna E. Na Folha de Respostas, a marcação na coluna **SR** é facultativa e não contará para efeito de avaliação; servirá somente para caracterizar que o candidato desconhece a resposta correta. Use a Folha de Rascunho para as devidas marcações e, posteriormente, a **Folha de Respostas**.

## DIREITO CIVIL E DIREITO PROCESSUAL CIVIL

### QUESTÃO 1

João tem 75 anos de idade. Seus filhos, desejosos da administração de seu patrimônio, entraram em juízo com pedido de interdição, alegando que a sua avançada idade acarreta obrigatoriamente sua incapacidade absoluta.

A respeito da situação hipotética apresentada e do que aborda o Código Civil nesse âmbito, julgue os itens abaixo.

- 1 A idade avançada, por si só, é causa de incapacidade civil, pois, necessariamente, impede a manifestação da livre vontade.
- 2 O juiz, caso interdite João, deverá declará-lo, obrigatoriamente, absolutamente incapaz.
- 3 Se João for declarado absolutamente incapaz, em regra, os seus atos jurídicos serão inválidos e nulos.
- 4 Há situações específicas em que o Ministério Público pode pleitear a interdição de pessoas com problemas mentais ou com doenças degenerativas vinculadas a deficiências mentais.
- 5 A pessoa absolutamente incapaz pode adquirir propriedade por especificação.

### QUESTÃO 2

Carlos e Maria estão casados há cinco anos. Tal casamento foi realizado nas seguintes condições: Carlos, na época, tinha dezessete anos de idade, enquanto Maria tinha 21 anos de idade; Carlos teve o consentimento de seus pais, que incentivaram e apoiaram o casamento, pois Maria estava grávida.

Considerando essa situação hipotética e com base na legislação civil, julgue os itens que se seguem.

- 1 O casamento de Carlos e Maria é válido e eficaz para ambos os cônjuges por tratar-se de impedimento impeditivo.
- 2 O casamento de Carlos e Maria é inválido por afronta a um impedimento dirimente relativo, mesmo havendo o consentimento dos pais de Carlos.
- 3 Um requerimento de um oficial do Registro Civil, pedindo a anulação do referido casamento, é sempre cabível, a qualquer tempo.
- 4 Carlos, atualmente, poderá ratificar o casamento, tornando-o válido a partir da data de sua celebração (efeito *ex tunc*).
- 5 Um filho oriundo do casamento não poderia ter sido registrado, se o casamento tivesse sido anulado.

### QUESTÃO 3

Com relação ao direito das obrigações previsto na legislação civil, julgue os itens a seguir.

- 1 Os serviços prestados por advogados e por cirurgiões plásticos constituem obrigações de meio, consoante jurisprudência dominante.
- 2 A dívida de jogo acarreta o direito do vencedor de exigir o pagamento, não podendo o perdedor recobrar a quantia paga voluntariamente.
- 3 Existindo solidariedade entre devedores, o credor poderá, entre outras opções, demandar todos os devedores ou apenas um deles pelo pagamento integral da dívida.
- 4 Tanto a cláusula penal como as arras podem ser reduzidas pelo juiz.
- 5 A distinção entre obrigação quesível e obrigação portátil é feita em função do lugar onde a obrigação deve ser cumprida. A regra geral é a de que a dívida deve ser quesível.

### QUESTÃO 4

Adolfo vendeu seu carro, o qual utilizava diariamente, para Benício. Entretanto, conforme previamente acordado, Adolfo continuará a usá-lo a título de empréstimo de coisa infungível.

Em face dessa situação hipotética e da legislação civil relacionada ao direito das coisas, julgue os seguintes itens.

- 1 Adolfo, antes e depois da venda, teve e tem a posse do bem jurídico objeto da venda.
- 2 Após a venda, Adolfo terá direito ao uso dos interditos possessórios.
- 3 No caso apresentado, há a figura do instituto jurídico da *traditio brevi manu*.
- 4 Há, após a venda, um condomínio entre Adolfo e Benício com relação ao carro.
- 5 O contrato de compra e venda sozinho não transmite a propriedade do carro; entretanto, a tradição implícita presente na figura do constituto possessório transmite.

**QUESTÃO 5**

Raul matou o próprio pai, Sérgio, com o intuito de receber sua herança, pois é o único herdeiro.

Com base na hipótese apresentada, julgue os itens que se seguem.

- 1 Raul sempre obterá proveito, segundo o previsto no Código Civil, da sua própria torpeza, recebendo a herança de seu pai.
- 2 Raul poderá sofrer os efeitos da indignidade.
- 3 O Estado poderá ajuizar ação, pedindo o reconhecimento da indignidade.
- 4 Caso Sérgio não tivesse falecido imediatamente, poderia perdoar Raul por meio de testamento.
- 5 Se, dois dias após a morte de Sérgio, por sentença transitada em julgado, Pedro, com dois anos, fosse reconhecido como filho de Raul, teria direito à herança do avô.

**QUESTÃO 6**

A respeito do Código Brasileiro de Defesa do Consumidor (CDC), julgue os itens a seguir.

- 1 No CDC, assim como no Código Civil, o proponente obriga-se pela proposta antes da aceitação do oblató.
- 2 A responsabilidade do profissional liberal nas prestações de serviço que se enquadram no CDC é objetiva.
- 3 A responsabilidade civil quanto a produto defeituoso, em regra, é subjetiva.
- 4 De forma distinta do Código Civil, há, no CDC, a previsão legal de desconsideração da pessoa jurídica.
- 5 A pretensão à reparação por danos causados por fato do produto prescreve em cinco anos, contados a partir do conhecimento do dano e de sua autoria.

**QUESTÃO 7**

Em relação à competência, julgue os itens abaixo.

- 1 Ação de usucapião de imóvel objeto de pedido de partilha em separação judicial é atraída para o juízo de família, devendo ambas as ações serem julgadas em conjunto, em razão da continência.
- 2 Conflito de competência entre juiz de direito e juiz federal deve ser julgado pelo Tribunal Regional Federal (TRF) da região a que pertença o juiz federal.
- 3 Em julgamento de agravo de instrumento, reconhecendo o tribunal de justiça a competência da justiça federal para julgar o feito, remeterá os autos à justiça federal; se o juiz federal, entretanto, entender que a competência é da justiça estadual, suscitará conflito a ser dirimido pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ).
- 4 A competência para julgar ação rescisória proposta contra acórdão do tribunal de justiça estadual, contra o qual fora interposto recurso especial não-conhecido por falta de prequestionamento, é do STJ.
- 5 Ação de constituição de servidão administrativa em propriedade particular, proposta por empresa privada concessionária de atividade de exploração de energia elétrica, diante do manifesto desinteresse da União federal em integrar o pólo ativo da ação, corre perante o juízo estadual.

**QUESTÃO 8**

A tutela antecipada é um dos mais importantes institutos introduzidos no processo civil brasileiro pela reforma de 1994, porque distribuiu de forma mais justa o ônus pela demora do processo, antes suportado quase que com exclusividade pelo autor. Em relação a esse instituto, julgue os itens a seguir.

- 1 Indeferida a tutela antecipada requerida, faculta-se à parte pleitear ao relator do agravo de instrumento interposto contra a decisão que, concedendo efeito suspensivo ao agravo, defira liminarmente a tutela negada em primeiro grau.
- 2 A execução do provimento antecipado é feita de regra sem prévia caução, ao contrário da execução provisória de sentença, em que a caução é obrigatória.
- 3 Em homenagem ao princípio da economia processual, quando a concessão da tutela antecipada tiver índole satisfativa, executada esta, deve o juiz determinar a extinção do feito por perda de objeto ou falta superveniente de interesse de agir, sendo inútil o prosseguimento do processo.
- 4 As medidas cautelares e os provimentos de antecipação de tutela, ambas medidas de cognição sumária, possuem a mesma natureza; daí porque pode a parte utilizar-se, indiferentemente, de uma ou de outra para obter, liminarmente, a providência jurisdicional almejada com a prolação da sentença de mérito.
- 5 Se o juiz conceder a tutela antecipada na sentença, a parte poderá executá-la provisoriamente, ainda que sobre ela penda apelação com efeito suspensivo.

**QUESTÃO 9**

Julgue os itens que se seguem.

- 1 Em execução de sentença homologatória de acordo, que puser fim à ação de cobrança que tramitava entre as partes, pode o executado opor embargos para anular a referida sentença fundada em vícios da transação.
- 2 Se o autor demandar o réu para ressarcimento por danos causados por acidente de veículo, poderá este, entendendo ter havido culpa do autor, formular pedido de ressarcimento em seu favor na própria contestação, sendo-lhe vedado reconvir nos termos tradicionais.
- 3 Os litígios decorrentes de acidente do trabalho são julgados pelo juiz estadual, apesar da presença do INSS, autarquia federal, no feito.
- 4 Beneficiário da justiça gratuita não é isento de condenação à indenização por deslealdade processual nem de condenação nas verbas da sucumbência.
- 5 O curador especial nomeado para substituir o executado revel, citado por edital ou por hora certa, não tem legitimidade para ofertar embargos do devedor, sendo-lhe facultado, entretanto, acompanhar o processo de execução em todos os seus termos, podendo, inclusive, recorrer de qualquer decisão.

**QUESTÃO 10**

Proposta ação versando sobre direito indisponível, no último dia do prazo prescricional, o juiz indeferiu a inicial por entender ser o autor carecedor da ação. O autor apelou, havendo o juiz mantido a decisão, remetendo os autos ao órgão *ad quem*, que deu provimento ao recurso, por maioria, determinando o prosseguimento do feito. Retornando os autos à primeira instância, o que se deu oito meses após a propositura da ação, foi efetivada a citação do réu, que contestou o pedido, ofertando contestação no último dia do prazo, às 18 h 58 m, dois minutos antes do encerramento do expediente forense. O juiz determinou o desentranhamento da contestação, porque foi entregue fora do prazo, e decretou a prescrição, tendo em vista que a citação ocorrera fora do prazo legal — dez dias, prorrogáveis por mais noventa dias, conforme o Código de Processo Civil (CPC).

Considerando a situação hipotética acima, julgue os itens a seguir.

- 1 O juiz não poderia ter mantido ou reformado a decisão recorrida porque, uma vez proferida sentença, esgota-se o ofício jurisdicional, somente admitindo-se o juízo de retratação no recurso de agravo de instrumento e não na apelação.
- 2 O réu deveria ter sido intimado a apresentar contra-razões e acompanhar o recurso, sob pena de violação do princípio do contraditório, não se admitindo que o recurso seja julgado *inaudita altera parte*.
- 3 O juiz agiu corretamente ao determinar o desentranhamento da contestação, porque os atos processuais somente podem ser realizados das 6 h às 18 h. Se a contestação foi ofertada no último dia, após as 18 h, é intempestiva, ainda que o expediente forense se encerre uma hora depois.
- 4 Foi correta a decisão judicial que decretou a prescrição porque haver-se-á por não-interrompida a prescrição se a citação não se der dentro do prazo fixado na lei (dez dias, prorrogáveis por mais noventa dias).
- 5 São cabíveis embargos infringentes contra o acórdão que deu provimento à apelação do autor.

**QUESTÃO 11**

Em relação a recursos, julgue os seguintes itens.

- 1 De acordo com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF), o prequestionamento é exigível mesmo em se tratando de matéria de ordem pública e sobre a qual é lícito ao juiz pronunciar-se de ofício, a qualquer momento, tal como condições da ação e pressupostos processuais.
- 2 Ainda que a ofensa à Constituição da República tenha surgido com a prolação da decisão recorrida, deverá a parte provocar o prequestionamento da matéria, opondo embargos de declaração, sem o que o recurso extraordinário não será admitido.
- 3 Não é cabível recurso extraordinário e especial contra acórdão proferido no julgamento de agravo de instrumento, porque somente as decisões de mérito podem ser objeto daqueles recursos.
- 4 A Defensoria Pública, o Ministério Público e a Fazenda Pública possuem prazo em dobro para responder agravo de instrumento interposto contra decisão denegatória de recurso extraordinário.
- 5 A apelação contra sentença em mandado de segurança é recebida somente no efeito devolutivo e, de regra, quando denegatória da ordem, torna de imediato sem efeito a liminar anteriormente concedida.

**QUESTÃO 12**

Julgue os itens que se seguem.

- 1 Ação popular julgada improcedente por deficiência de prova não está sujeita ao reexame obrigatório pelo tribunal, porque a sentença não é apta a formar a *res judicata*.
- 2 Ao contestar ação rescisória proposta contra vários réus, originariamente autores do processo cuja sentença é objeto de rescisão, o juiz poderá limitar o litisconsórcio quanto ao número de litigantes, se entender que o seu número excessivo poderá comprometer a rápida solução do litígio ou dificultar a defesa.
- 3 Procedentes ação de indenização e denunciação formulada pelo réu, uma vez provido o recurso interposto pelo denunciado contra a parte da sentença que condenou o denunciante, fundado na alegação de que a sentença fora prolatada *ultra e extra petita*, a decisão do recurso não aproveita ao réu denunciante, que não recorreu.
- 4 O juiz de primeiro grau pode deixar de aplicar determinada lei, reconhecendo a sua inconstitucionalidade *incidenter tantum*, sem que tenha de provocar a instauração do incidente de inconstitucionalidade previsto no CPC, só argüível em segundo grau de jurisdição.
- 5 Acórdão proferido em apelação julgada por maioria em ação de separação judicial contra a qual não se interpôs recurso de embargos infringentes não pode ser objeto de ação rescisória, que pressupõe tenha a parte interposto todos os recursos cabíveis contra a decisão, esgotando, assim, a via recursal.

# DIREITO PENAL E DIREITO PROCESSUAL PENAL

## QUESTÃO 13

Félix e Arnaldo, em caráter específico e permanente — *societas sceleris* —, associaram-se para a prática de tráfico ilícito de substâncias entorpecentes. Após seis meses de atividades ilícitas, Félix e Arnaldo foram presos quando transportavam, no interior de um veículo automotor, 20 kg de cocaína para venda. Félix era reincidente, tinha uma condenação anterior por tráfico de entorpecentes. Os agentes foram processados regularmente e posteriormente condenados. O juiz sentenciante decretou a perda, em favor da União, do veículo automotor que transportava a droga, de propriedade de Arnaldo. Para o cumprimento da(s) pena(s) privativa(s) de liberdade, foi fixado o regime inicialmente fechado. A sentença penal condenatória transitou em julgado para as partes.

Diante dessa situação hipotética, julgue os itens que se seguem.

- 1 Félix e Arnaldo praticaram os crimes de associação para o tráfico e tráfico ilícito de entorpecentes, em concurso formal.
- 2 De acordo com a jurisprudência pátria, o crime de associação para o tráfico é equiparado a hediondo.
- 3 De acordo com o STJ e o STF, fixado o regime inicialmente fechado para o cumprimento de pena privativa de liberdade pela prática de crime equiparado a hediondo, sem recurso do órgão do Ministério Público, estará admitida a progressão de regime prisional.
- 4 Caso seja condenado pela prática dos crimes de tráfico ilícito de entorpecentes e de associação para o tráfico, Félix terá de cumprir mais de dois terços das reprimendas para preencher o requisito objetivo-temporal do livramento condicional.
- 5 Havendo nexos etiológico entre o crime de tráfico ilícito de entorpecentes e o veículo utilizado para a sua prática, há de ser decretada a sua perda em favor da União.

## QUESTÃO 14

Em cada um dos itens abaixo, é apresentada uma situação hipotética, seguida de uma assertiva a ser julgada.

- 1 Lúcio e Aldo praticaram um crime de furto em co-autoria. Instaurado o inquérito policial, Lúcio, por ato voluntário, restituiu a *res furtiva* à vítima. Nesse caso, a redução de pena pelo arrependimento posterior estender-se-á a Aldo.
- 2 Um indivíduo foi condenado à pena privativa de liberdade de vinte anos de reclusão, a ser cumprida em regime fechado, por ter praticado um crime de latrocínio. O evento delituoso ocorreu antes do advento da Lei n.º 8.072/1990 (Lei de Crimes Hediondos). Nesse caso, por ter o latrocínio sido elencado como crime hediondo pela referida lei, não será possível a progressão do regime prisional.
- 3 Um indivíduo praticou três crimes de estupro, seguidos de morte, em continuidade delitiva. Dois dos crimes foram perpetrados antes do advento da Lei n.º 8.072/1990. Nesse caso, aplicar-se-á a Lei n.º 8.072/1990 a toda a série de crimes.
- 4 Um indivíduo foi condenado a um total de penas de 120 anos. Na fase executiva, requereu a unificação das penas para o limite de trinta anos. Nesse caso, conforme orientação jurisprudencial predominante, sobre o total de trinta anos é que deverão ser considerados os prazos para a concessão de eventuais benefícios a que fizer jus (progressão, livramento condicional etc.).
- 5 Um indivíduo foi condenado a dois anos de reclusão. O juiz sentenciante concedeu a suspensão condicional da pena por quatro anos, ficando o condenado obrigado, no primeiro ano do período de prova, a prestar serviços à comunidade. Nesse caso, por ser a prestação de serviços à comunidade pena restritiva de direitos, não poderia o juiz estabelecê-la como condição do *sursis*.

## QUESTÃO 15

Márcio e Humberto, previamente ajustados e com unidade de desígnios, adentraram no interior de um restaurante e, mediante o emprego de revólveres de brinquedo, subtraíram de Diva e Paulo todo o dinheiro que estes portavam, bem como jóias e talonários de cheques. Cessada a grave ameaça, após terem a disponibilidade dos objetos por breve momento, Márcio e Humberto foram presos em flagrante. O órgão do Ministério Público ofertou denúncia, tendo a pretensão punitiva ao final sido julgada procedente. Na dosimetria da reprimenda, o juiz sentenciante reduziu a pena privativa de liberdade em limite abaixo do mínimo legalmente autorizado, em face da menoridade e confissão espontânea dos réus. Ao determinar o regime prisional, apesar das circunstâncias judiciais favoráveis, impôs o regime inicial fechado em razão da gravidade do crime (roubo).

Em relação à situação hipotética apresentada e à legislação pertinente, julgue os itens seguintes.

- 1 O crime de roubo restou consumado, eis que, de acordo com a mais recente jurisprudência do STF, não é exigível a posse tranqüila da *res furtiva*, basta que cesse a violência ou a clandestinidade.
- 2 Os roubos praticados contra Diva e Paulo, mediante uma só ação desdobrada em vários atos, configurou crime continuado.
- 3 De acordo com a jurisprudência do STJ, a utilização de arma de brinquedo não descaracteriza o tipo do roubo simples, mas afasta a causa de aumento do emprego de arma.
- 4 Quando a dosagem da pena permite a aplicação de regime prisional menos gravoso e, mesmo consideradas favoráveis aos réus as circunstâncias judiciais, a gravidade genérica do crime (roubo), por si só, justifica a imposição do regime inicial fechado.
- 5 O reconhecimento da existência de duas circunstâncias atenuantes — menoridade e confissão espontânea — enseja a redução da pena fixada no mínimo legal.

## QUESTÃO 16

Mara, em conluio com Édson, seu primo, induziu-o a manter conjunção carnal com Cristina, sua vizinha, menor de dez anos de idade. No dia do evento, Mara ludibriou Cristina e a levou até sua residência, deixando-a sozinha com Édson que, aproveitando da sua inexperiência, introduziu de forma incompleta o órgão viril em sua vagina.

Diante da situação hipotética apresentada, julgue os itens que se seguem.

- 1 Como não ocorreu a introdução completa do pênis na vagina da ofendida, Édson responderá pelo crime de tentativa de estupro, com violência ficta.
- 2 Mara não será responsabilizada criminalmente, já que a mulher não pode ser sujeito ativo do crime de estupro.
- 3 De acordo com a jurisprudência do STF e do STJ, o estupro com violência ficta, tentado e consumado, não é crime hediondo.
- 4 Caso Édson venha a ser condenado, por ser a vítima menor de quatorze anos, a pena será agravada da metade, respeitado o limite superior de trinta anos de reclusão (art. 9.º da Lei n.º 8.072/1990).
- 5 Caso Cristina venha a casar-se com terceiro, ocorrerá a extinção da punibilidade, mesmo que requeira o prosseguimento do inquérito policial no dia seguinte ao da celebração do matrimônio.

**QUESTÃO 17**

Júlio, comerciante residente em Brasília – DF, com o propósito de matar (*animus necandi*) Carlos, seu desafeto residente em Nova York, enviou-lhe pelo Correio uma carta-bomba. Nessa operação, Rubens, que também residia em Brasília – DF, atuou com unidade de desígnios, eis que, juntamente com Júlio, adquiriu o artefato e foi até ao Correio para despachá-lo, aderindo intensamente à empreitada criminosa do comparsa.

Julgue os itens que se seguem com base na situação hipotética apresentada e na legislação pertinente.

- 1 Na hipótese de Carlos receber a carta e, ao abri-la, vir a morrer em decorrência da explosão, Júlio, caso tivesse atuado sem o concurso de Rubens, responderia pelo crime de homicídio qualificado consumado, aplicando-se a lei penal brasileira.
- 2 Na hipótese em apreço, Júlio e Rubens responderão pelo crime de homicídio qualificado consumado, em concurso de agentes.
- 3 Na hipótese de a carta-bomba explodir e não atingir Carlos por circunstâncias alheias às vontades dos remetentes, Júlio e Rubens responderão pelo crime de homicídio qualificado tentado, em concurso de pessoas.
- 4 Na hipótese de a carta-bomba não atingir mortalmente apenas Carlos, mas também sua esposa, Júlio e Rubens responderão pelo crime de homicídio qualificado consumado, em concurso de pessoas e em continuidade delitiva.
- 5 Na hipótese de, enviada, a carta-bomba não explodir em razão de o material explosivo empregado ser inteiramente inadequado, Júlio e Rubens responderão pelo crime de homicídio qualificado tentado, em concurso de pessoas.

**QUESTÃO 18**

Em cada um dos itens seguintes, é apresentada uma situação hipotética, seguida de uma assertiva a ser julgada.

- 1 Um indivíduo, exercendo suas funções de tesoureiro em uma repartição pública estadual, apropriou-se de certa quantia em dinheiro de que detinha a posse em razão do cargo para o pagamento de funcionários. Nesse caso, ele responderá pelo crime de apropriação indébita.
- 2 Alfredo ingressou em um táxi de Otoni, indicando-lhe, como destino, longínquo subúrbio. Durante o percurso, Alfredo voltou-se para o motorista, apontando-lhe um revólver e determinando a entrega, imediata, de toda a fêria do dia. Otoni, diante da ameaça, entregou todo o dinheiro amealhado no dia. Nesse caso, Alfredo responderá pelo crime de roubo qualificado, com o emprego de arma de fogo.
- 3 Alex, em alteração com Elza, sua esposa, desconhecendo o seu estado gravídico, aplicou-lhe uma forte surra com socos e pontapés, deixando-a prostrada no chão. Elza, em consequência das agressões, veio a abortar. Nesse caso, Alex responderá pelo crime de aborto.
- 4 Marcos, agente de polícia, exigiu de Hélio certa quantia em dinheiro para livrá-lo de uma prisão em flagrante, eis que portava na cintura um revólver sem registro e porte. Não dispondo de dinheiro naquele momento, Hélio foi até um caixa eletrônico; ao retornar, colegas de serviço de Marcos, identificando a ilicitude da conduta, prenderam-no antes que tivesse recebido o produto da exigência. Nesse caso, Marcos responderá pelo crime de concussão tentado.
- 5 Um repórter de jornal de grande circulação na cidade exigiu, de um médico de renome, vultosa quantia em dinheiro a fim de não dar publicidade de fotos e segredo íntimo acerca de relações homossexuais, cuja divulgação abalaria o seu conceito profissional, assim como a sua moral e estrutura familiar. Nesse caso, obtendo o proveito econômico, o repórter responderá pelo crime de extorsão.

**QUESTÃO 19**

Adão, após dar uma trombada em uma anciã, atrapalhando os movimentos desta, arrebatou-lhe a bolsa com seus pertences. Passados alguns minutos do evento criminoso e de sua comunicação à polícia, o meliante foi encontrado por policiais militares com a *res furtiva*, ocasião em que foi preso em flagrante. Lavrado o flagrante, a autoridade policial comunicou a prisão ao magistrado da comarca; este, após homologar o auto, determinou o seu arquivamento, sem nada fundamentar. Após o indiciamento de Adão pela prática de furto, a autoridade policial concedeu-lhe, a pedido do defensor, a liberdade provisória com fiança. Relatado o inquérito policial, os autos foram encaminhados ao órgão do Ministério Público, que ofertou denúncia, imputando a prática de roubo. Ao receber a vestibular acusatória, a autoridade judiciária cassou, de ofício, a fiança e determinou a expedição de mandado de prisão. Irrasignado, Adão recorreu da decisão.

Com referência à situação hipotética apresentada e à legislação pertinente, julgue os itens abaixo.

- 1 A prisão de Adão foi ilegal pela ausência do estado de flagrância, já que ele não foi surpreendido no ato de execução do crime nem houve perseguição logo após a infração penal.
- 2 O juiz estava obrigado a fundamentar a manutenção da custódia de Adão ao receber a comunicação da prisão, considerando que a atual Constituição da República exige, como pressuposto de validade, a fundamentação das decisões dos órgãos do Poder Judiciário.
- 3 A tipificação do evento delituoso levada a efeito pela autoridade policial para a concessão de fiança, nos casos em que a lei a admite, não vincula o órgão do Ministério Público.
- 4 Verificada a inexistência dos pressupostos legais à concessão da fiança, ou a inovação na classificação do crime, tornando-a incabível, pode o magistrado cassá-la por meio de despacho fundamentado.
- 5 Da decisão que cassa a fiança não cabe recurso, devendo Adão impetrar uma ordem de *habeas corpus* para tentar coibir possível constrangimento ilegal.

**QUESTÃO 20**

A respeito das limitações constitucionais da prova e de acordo com o entendimento do STF, julgue os itens seguintes.

- 1 Considera-se prova ilícita a quebra do sigilo das comunicações telefônicas para fins de investigação criminal, por ordem judicial, antes do advento da Lei n.º 9.296/1996 (interceptação telefônica).
- 2 A gravação de conversa telefônica feita por um dos interlocutores, sem autorização judicial e conhecimento do outro, é prova ilícita para a comprovação de um crime de extorsão.
- 3 É ilícita a prova obtida mediante escuta telefônica que incrimina outra pessoa e não o investigando em cujo nome constava o telefone objeto da autorização judicial prevista na Lei n.º 9.296/1996.
- 4 Constitui prova ilícita a quebra do sigilo bancário, sem autorização judicial, mesmo quando o réu, corroborando as informações prestadas pela instituição bancária, as utiliza para sustentar sua defesa.
- 5 Se o morador, após abordado por agentes policiais nas proximidades de sua residência, lhes franqueia o ingresso no imóvel em que reside, onde é encontrado e apreendido material entorpecente, não há falar-se em prova ilícita a pretexto de invasão de domicílio sem o devido mandado judicial.

**QUESTÃO 21**

Durante uma audiência, Jairo, testemunha arrolada por uma das partes litigantes, ao ser inquirido pelo promotor de justiça que oficiava no processo, disse, agindo com *animus injuriandi*: “Não posso deixar-me ver em sua companhia, porque não sou um ladrão.” Ofendido, o promotor de justiça constituiu um advogado e, sem o pedido prévio de explicações, ingressou com uma queixa-crime contra Jairo. Antes de receber a queixa, o juiz determinou a notificação do imputado para a audiência de conciliação. Contra o despacho do magistrado designando a audiência, Jairo impetrou uma ordem de *habeas corpus*, alegando constrangimento ilegal, e não compareceu ao ato processual. Não ocorrendo reconciliação, o juiz recebeu a queixa-crime e determinou a citação do querelado, que compareceu e foi interrogado. Na defesa prévia, o querelado apresentou a exceção da verdade.

Diante da situação hipotética apresentada, julgue os itens a seguir.

- 1 De acordo com o atual entendimento do STF, não tem o ofendido legitimidade para agir na persecução punitiva, mediante queixa-crime, em se tratando de ofensa irrogada a funcionário público *propter officium*.
- 2 Nos crimes contra a honra, o pedido de explicações é medida preparatória obrigatória da ação penal privada.
- 3 A audiência de conciliação prevista no caso de crimes contra a honra, por tratar-se de condição de procedibilidade da queixa-crime e da denúncia, deve ser designada pelo magistrado, sob pena de acarretar a nulidade do processo.
- 4 No crime de injúria praticada contra funcionário público *propter officium*, é permitida a oposição da *exceptio veritatis* no prazo da defesa prévia.
- 5 Nos processos por crime contra a honra em que o ofendido é promotor de justiça, gozando de foro privilegiado por prerrogativa de função, o julgamento da exceção da verdade oposta, quando cabível, é da competência do tribunal de justiça.

**QUESTÃO 22**

No que tange ao critério de determinação e modificação da competência, julgue os itens que se seguem.

- 1 Na vigência da atual Constituição, compete à justiça estadual comum o processo por contravenção penal praticada em detrimento de bens, serviços ou interesses da União ou de suas entidades.
- 2 Tratando-se de tráfico internacional de entorpecentes perpetrado em município que não seja sede de vara da justiça federal, compete à justiça estadual comum o processo e julgamento, com recurso para o TRF.
- 3 Ao tribunal do júri compete o processo e o julgamento de magistrado que pratica crime doloso contra a vida.
- 4 Ao STF não compete julgar processo-crime tendo como réu deputado federal licenciado para o exercício de funções de secretário de Estado.
- 5 Cometida uma infração penal durante o exercício funcional de um deputado federal, prevalece a competência especial por prerrogativa de função do STF, ainda que o inquérito policial ou a ação penal sejam iniciados após a cessação daquele exercício.

**QUESTÃO 23**

Gérson foi perseguido por populares logo após praticar um latrocínio em Brasília, vindo a ser preso no município de Valparaíso – GO. O auto de prisão em flagrante foi lavrado na Comarca de Luziânia – GO, em face da ausência da autoridade policial do município em que ocorreu a prisão. Concluído o inquérito policial, os autos foram encaminhados para o promotor de justiça da Comarca de Luziânia, que ofereceu denúncia. O juiz da Comarca recebeu a exordial acusatória e requisitou o réu para o interrogatório. Na defesa prévia, foi argüida a exceção de incompetência e requerida a concessão da liberdade provisória ao réu, por ser primário e ter bons antecedentes e domicílio fixo. O juiz dessa comarca acatou a exceção e declinou a competência para o juízo da Circunscrição Judiciária de Brasília.

Em face dessa situação hipotética, julgue os seguintes itens.

- 1 O auto de prisão em flagrante é nulo, uma vez que tinha de ser presidido e lavrado pela autoridade da circunscrição onde ocorreu a custódia.
- 2 De acordo com a jurisprudência majoritária, a citação de Gérson por mandado era imprescindível, não a suprimindo a sua requisição regular para o interrogatório.
- 3 A competência do juiz da Comarca de Luziânia – GO ficaria prorrogada, caso não fosse argüida oportunamente pelo réu a exceção declinatória.
- 4 No caso de incompetência *ratione loci*, não há necessidade da ratificação ou oferecimento, no juízo competente, de outra denúncia pelo órgão do Ministério Público.
- 5 Será cabível a liberdade provisória de Gérson, uma vez que é primário e possui bons antecedentes e residência fixa no distrito da culpa.

**QUESTÃO 24**

Acerca da prisão e da liberdade provisória, julgue os itens abaixo.

- 1 Nos crimes de ação penal privada, a prisão em flagrante só pode ser efetuada pelo ofendido ou por seu representante legal, nunca por agentes da autoridade policial.
- 2 A ausência de inquérito policial é motivo impeditivo da decretação da prisão preventiva, mesmo diante de peças informativas demonstrativas da existência do crime e de indícios da autoria.
- 3 O réu que prestou fiança na fase inquisitorial, não-cassada ou havida como quebrada, não tem o direito de apelar em liberdade se, na sentença penal condenatória, o juiz reconheceu ser portador de maus antecedentes.
- 4 A fiança pode ser prestada pelo réu por ocasião da interposição do recurso especial, sendo irrelevante a inexistência de efeito suspensivo do recurso e de a prisão dele decorrente constituir execução provisória da condenação.
- 5 No caso de concurso material de crimes e de acordo com a jurisprudência majoritária, considera-se para a concessão da fiança a soma do mínimo das penas das diversas infrações penais.

# DIREITO CONSTITUCIONAL E DIREITO ADMINISTRATIVO

## QUESTÃO 25

Um defensor público considerou inconstitucionais uma medida provisória (MP) editada pelo presidente da República e uma lei do Distrito Federal (DF) e pretende propor ações judiciais para impugná-las. Ocorre que, respectivamente, o presidente da República e o governador do DF já propuseram no STF ações declaratórias de constitucionalidade acerca da legitimidade dos referidos diplomas normativos. Caso sejam deferidas as medidas cautelares pleiteadas naquelas ações declaratórias de constitucionalidade para o fim de suspender, com efeito vinculante e eficácia *ex tunc*, os processos em curso em que se questione a validade daquelas normas, seria inútil a propositura imediata das ações pretendidas pelo defensor público. Na hipótese contrária, caso incabíveis aquelas ações declaratórias de constitucionalidade ou inviável a concessão das medidas cautelares pleiteadas, seria altamente relevante a propositura imediata das ações preparadas pelo defensor público.

Com relação à situação hipotética apresentada e à ação declaratória de constitucionalidade, julgue os itens a seguir.

- 1 Não cabe a ação declaratória de constitucionalidade contra MP ainda não convertida em lei.
- 2 Somente a decisão final de mérito em ação declaratória de constitucionalidade possui efeito vinculante.
- 3 É possível atribuir eficácia *ex tunc* à decisão proferida em medida cautelar em ação declaratória de constitucionalidade.
- 4 A legitimação ativa para a ação declaratória de constitucionalidade é idêntica à existente para a propositura de ação direta de inconstitucionalidade.
- 5 As leis editadas pelo DF no uso da competência legislativa estadual podem ser objeto de ação declaratória de constitucionalidade.

## QUESTÃO 26

Acerca da legitimidade do uso de MPs, julgue os itens abaixo.

- 1 As MPs não podem disciplinar matéria reservada à lei complementar.
- 2 A Constituição da República admite uma única reedição de determinada MP.
- 3 Muito embora os requisitos de urgência e relevância para a edição de MPs possuam caráter político, o STF pode vir a verificar sua ocorrência.
- 4 Caso uma MP revogue outro diploma da mesma espécie ainda pendente de apreciação pelo Congresso Nacional, a eficácia da MP revogada fica suspensa até que o Poder Legislativo pronuncie-se acerca da MP revogadora, cuja conversão em lei tornará definitiva a revogação.
- 5 A reedição de uma MP que mantenha os atos praticados com base na edição anterior da mesma MP é inconstitucional, pois viola a competência do Congresso Nacional para disciplinar as relações jurídicas decorrentes de MPs não-convertidas em lei.

## QUESTÃO 27

Com relação aos direitos fundamentais constitucionalmente assegurados, julgue os itens que se seguem.

- 1 Um servidor ocupante de cargo público não tem direito a continuar regido pelas normas em vigor quando de seu ingresso no serviço público em desfavor de alteração legislativa posterior, pois não se adquire direito a um determinado instituto ou regime jurídico.
- 2 Direitos adquiridos não afastam a incidência de normas constitucionais originárias que expressamente declarem a eliminação das posições jurídicas específicas por eles protegidas.
- 3 Não é obrigatória a instituição por lei de recurso administrativo como projeção necessária da garantia constitucional da ampla defesa em processos administrativos.
- 4 Considerando que o inciso XXXV do art. 5.º da Constituição da República dispõe que “a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito”, é vedada a adoção por lei de quaisquer restrições materiais à concessão de medidas liminares.
- 5 A garantia constitucional do sigilo da correspondência aplica-se sem restrições aos presidiários em cumprimento de pena privativa de liberdade.

## QUESTÃO 28

Julgue os itens a seguir, referentes ao direito constitucional brasileiro.

- 1 A vedação à cobrança de tributos no mesmo exercício financeiro em que haja sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou, inserta na Constituição da República, é abolível por emenda constitucional.
- 2 Na hipótese de revogação de uma isenção, o tributo correlato, por decorrência do princípio da anterioridade tributária, somente será exigível no exercício financeiro seguinte àquele em que for publicada a norma revogadora.
- 3 Caso o STF reconheça eventual omissão do presidente da República em encaminhar ao Congresso Nacional o projeto de lei da revisão geral anual da remuneração de servidores públicos prevista na Constituição da República, haverá de determinar-lhe que o faça em trinta dias.
- 4 A exigência de concurso público aplica-se tão-somente para o acesso a cargos públicos da administração direta, autárquica e fundacional, não alcançando os empregos públicos das empresas públicas e sociedades de economia mista.
- 5 O princípio da soberania dos veredictos não exclui a recorribilidade das decisões do tribunal do júri.

**QUESTÃO 29**

Quanto aos princípios e às garantias constitucionais, julgue os itens abaixo.

- 1 A imposição legal de limites de idade e altura para o acesso a cargos públicos não fere o princípio da isonomia, desde que razoável e decorrente da natureza e das atribuições do cargo público a ser provido.
- 2 É inconstitucional, por contrariar o princípio da isonomia, a não-aplicação aos empregados brasileiros de vantagens constantes no estatuto de pessoal de empresa estrangeira em operação no Brasil e concedidas aos empregados estrangeiros em funções e condições análogas.
- 3 O princípio da isonomia é incompatível com as vantagens processuais concedidas à Fazenda Pública, em especial com os prazos dilatados para contestar e recorrer que, anteriores à Constituição da República, não foram por ela recepcionados.
- 4 O princípio da isonomia não autoriza o Poder Judiciário a estender isenção tributária a hipóteses arbitrariamente excluídas do benefício concedido a outras situações substancialmente assemelhadas.
- 5 A anulação de ato administrativo cuja edição tenha repercutido no campo de interesses individuais e seja dotada de presunção de legitimidade dispensa a observância do contraditório consistente na adoção de processo administrativo em que seja assegurada a manifestação dos interessados.

**QUESTÃO 30**

Com relação à disciplina constitucional do Poder Legislativo, julgue os itens a seguir.

- 1 Não é obrigatório o atendimento à convocação para depor como testemunha perante comissão parlamentar de inquérito (CPI); atendida a convocação, contudo, o depoente cometerá crime de falso testemunho se deixar de revelar fatos que possam incriminá-lo.
- 2 Muito embora possuam poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, as CPIs não se encontram imunes ao controle de legitimidade de seus atos pelo Poder Judiciário e ao dever de motivar suas decisões gravosas aos direitos individuais.
- 3 Ainda que constitucionalmente destinadas a apurar fato determinado, as CPIs não estão impedidas de investigar fatos que se liguem, intimamente, com o fato principal.
- 4 Os poderes das CPIs limitam-se à esfera de competência da casa parlamentar que as constituiu, sendo ilegítima a constituição de CPI estadual para investigar a regularidade na prestação de serviço público federal.
- 5 A previsão de prazo certo para a apuração realizada por uma CPI não impede suas sucessivas prorrogações dentro de uma mesma legislatura.

**QUESTÃO 31**

Julgue os itens abaixo, relativos ao ato administrativo.

- 1 O ato administrativo que decide o processo administrativo, de qualquer natureza ou tipo, deve ser, obrigatoriamente, motivado.
- 2 É factível, por ato judicial, a convalidação de ato administrativo que apresente vício sanável, desde que não ocorra lesão ao interesse público nem prejuízo a terceiros.
- 3 Decreto e regulamento são expressões sinônimas: nomeiam duas espécies de ato administrativo que têm a mesma natureza e o mesmo significado.
- 4 O atributo da auto-executoriedade do ato administrativo decorre do princípio da supremacia do interesse público, típico do regime jurídico-administrativo.
- 5 A discricionariedade decorre, muitas vezes, da adoção pelo legislador de conceitos jurídicos indeterminados, que permitem ao administrador, no caso concreto, construir a solução adequada ao interesse público.

**QUESTÃO 32**

A respeito do regime jurídico do servidor público, julgue os seguintes itens.

- 1 Considere a seguinte situação hipotética.  
José, que é procurador da República aposentado, exerce o magistério superior em instituição privada de ensino e está inscrito no presente concurso público para o cargo de Defensor Público da União.  
Nessa situação, se José for aprovado, será legal o seu exercício no novo cargo público.
- 2 O retorno do regime celetista ao serviço público, por força da Emenda Constitucional n.º 19, de 1998, permitirá que um município adote esse regime para todas as funções públicas exercidas em seu âmbito, abolindo, totalmente, o regime estatutário.
- 3 A remuneração sob a forma de subsídio alcança, obrigatoriamente, os membros de Poder de qualquer das esferas federativas, bem como os integrantes das carreiras de procurador do Estado e os membros da Advocacia da União, sendo facultativa a sua adoção para os demais servidores organizados em carreiras.
- 4 Ao servidor ocupante de cargo público, é garantida a proteção do respectivo salário, na forma da lei, sendo crime a sua retenção dolosa.
- 5 Considera-se ilícita a criação do cargo público, de provimento em comissão, de motorista do prefeito municipal, por motivo de reforma administrativa no âmbito de uma prefeitura municipal.

**QUESTÃO 33**

Em relação a licitação e contratos administrativos, julgue os itens que se seguem.

- 1 A inexigibilidade de licitação para a contratação de serviços técnicos especializados pressupõe a singularidade do objeto, de tal modo que o mesmo só possa ser executado por profissional de notória especialização. Assim, não se admite, por esse fundamento, a contratação do mais conceituado jurista brasileiro, de fama internacional, para a atividade de assessoria jurídica rotineira a um determinado município.
- 2 No edital de licitação, será tida como ilegítima a exigência de garantia do licitante para o mesmo participar do procedimento licitatório.
- 3 A nova modalidade de licitação, o pregão, caracteriza-se, fundamentalmente, pela inversão das fases do procedimento, com a habilitação ocorrendo após o julgamento.
- 4 A natureza especial do contrato administrativo, caracterizado pela presença das chamadas cláusulas exorbitantes do direito comum, permite a uma das partes, a administração, alterar unilateralmente a avença, vinculando o contratado à nova obrigação, quando houver modificação do respectivo projeto. Nessa situação, o contratado deve cumprir a nova regra, sendo-lhe garantida, todavia, a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato.
- 5 A inexecução do contrato pelo contratado por motivo devidamente comprovado de caso fortuito (evento da natureza) ou força maior (evento humano) pode gerar a rescisão administrativa do mesmo. Nessa situação, o contratado terá direito, exclusivamente, à devolução da garantia e aos pagamentos devidos pela execução do contrato até a data da rescisão.

**QUESTÃO 34**

O prefeito municipal de um pequeno município interiorano resolveu organizar a prestação do serviço público municipal de coleta do lixo urbano.

Em relação a essa situação hipotética, julgue os itens abaixo.

- 1 Por se tratar de serviço público de natureza econômica, o mesmo só pode ser prestado por entidade descentralizada, sendo vedada a sua execução por órgão da administração direta da prefeitura.
- 2 A privatização do referido serviço por meio da contratação de uma empresa particular exige lei autorizativa e licitação prévia.
- 3 É possível a outorga do referido serviço a uma autarquia municipal, dotada inclusive de poder de polícia administrativa, por meio de contrato administrativo, dispensada, nesse caso, a licitação.
- 4 Para tal situação, não é possível a criação de uma organização social, prevista em lei federal, em razão de seu objeto.
- 5 A empresa pública eventualmente criada para a referida finalidade teria personalidade jurídica de direito público e gozaria das vantagens próprias da fazenda pública.

**QUESTÃO 35**

Acerca da responsabilidade civil do Estado, julgue os itens a seguir.

- 1 As sociedades de economia mista, independentemente do seu objeto social, submetem-se à responsabilidade objetiva pelos danos que seus agentes causarem a terceiros.
- 2 A teoria do risco administrativo, base para a responsabilidade objetiva do Estado, admite a exclusão da responsabilidade do Estado nos casos de comprovação da culpa exclusiva da vítima.
- 3 Considere a seguinte situação hipotética.  
A interdição de uma via pública, por ato lícito, para a reparação de rede pluvial, impediu, por determinado tempo, o acesso de clientes a um posto comercial de combustíveis de determinada empresa, causando-lhe prejuízo advindo da cessação da venda de seus produtos.  
Nesse caso, em razão da adoção, pelo direito brasileiro, da teoria da culpa anônima do serviço, será devida pelo Estado reparação à empresa.
- 4 No atual regime jurídico brasileiro, convivem as teorias subjetiva e objetiva de responsabilidade do Estado.
- 5 No ordenamento jurídico brasileiro, a responsabilidade objetiva é restrita ao Estado e às pessoas jurídicas integrantes de sua administração indireta.

**QUESTÃO 36**

Julgue os itens que se seguem, referentes ao controle da administração pública.

- 1 O Tribunal de Contas da União, órgão que auxilia o Congresso Nacional em sua função fiscalizadora, pode sustar a execução, pelo Poder Executivo, de atos impugnados, se não for atendida a ordem de impugnação, independentemente de autorização do Poder Judiciário.
- 2 A competência dos órgãos do controle interno de comprovar a legalidade da aplicação dos recursos públicos por entidades de direito privado abrange a fiscalização da destinação de todos os recursos oriundos de contratos administrativos decorrentes de licitação.
- 3 As atividades típicas de controle legislativo da competência do Congresso Nacional incluem a apreciação dos atos de concessão e de renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão, mas excluem, nesse âmbito, os atos de cassação de concessões.
- 4 O ato de improbidade administrativa acarretará, entre outras sanções, a perda da função pública e dos direitos políticos, bem como a indisponibilidade dos bens e o ressarcimento ao erário.
- 5 A aplicação das sanções previstas na lei de improbidade administrativa independe de eventual aprovação ou rejeição das respectivas contas pelo órgão de controle interno ou externo ou da efetiva ocorrência de dano ao patrimônio público.

# DIREITO PREVIDENCIÁRIO, DIREITO INTERNACIONAL, DIREITO PENAL MILITAR, DIREITO PROCESSUAL PENAL MILITAR E LEI COMPLEMENTAR N.º 80, de 12/1/1994

## QUESTÃO 37

Em cada um dos itens a seguir, relativos aos segurados, beneficiários e benefícios do regime geral de previdência social, é apresentada uma situação hipotética, seguida de uma assertiva a ser julgada.

- 1 Tirso foi inscrito no regime geral de previdência social em 30/7/2001, por ocasião da celebração do seu primeiro contrato de trabalho, tendo sido providenciada, igualmente, a inscrição de sua esposa na qualidade de dependente. No dia nove do mês subsequente, contudo, Tirso veio a óbito, vítima de homicídio praticado por um desafeto. Nessa situação, a dependente do segurado falecido não terá direito ao benefício de pensão por morte, em virtude de não haver transcorrido o prazo de carência definido em lei. A dependente faria jus ao benefício, contudo, se o óbito do segurado decorresse de acidente de trabalho.
- 2 Luciano trabalhava há cinco anos em uma empresa de informática, sempre realizando sua jornada no período noturno, tendo sido regularmente inscrito no regime geral de previdência social desde o início de sua relação laboral. Subseqüentemente, Luciano foi nomeado para exercer cargo comissionado no serviço público federal, não mantendo, porém, vínculo efetivo com qualquer ente público. Nessa situação, não será necessário proceder-se a nova filiação de Luciano no regime geral de previdência social, em decorrência do exercício da nova atividade laboral, exercida concomitantemente com a primeira, uma vez que o trabalhador já se encontrava inscrito no sistema.
- 3 Lauro tornou-se pensionista da União em julho de 1991, em decorrência do falecimento de sua esposa, a qual, quando do óbito, exercia o cargo de procurador autárquico da União. Em 1993, Lauro passou a viver com Marta, tendo nascido três filhos dessa união. Marta faleceu em agosto de 2001, de modo que Lauro requereu ao INSS o benefício de pensão por morte, na qualidade de companheiro da segurada falecida. Nessa situação, a pensão deverá ser concedida integralmente aos filhos do casal, haja vista o ordenamento jurídico vedar o recebimento conjunto de mais de um benefício de pensão por morte, como requerido por Lauro.
- 4 Ismael requereu o benefício de aposentadoria por idade, ao completar 65 anos, após contribuir para a previdência social, comprovadamente, por exatos 25 anos. Demonstrados os valores dos salários-de-contribuição de Ismael ao longo do período, o INSS apurou que o seu salário-de-benefício correspondia a R\$ 900,00. Nessa situação, a renda mensal inicial da aposentadoria de Ismael corresponderá a R\$ 855,00.
- 5 Moisés foi acometido por doença degenerativa, decorrente do exercício de sua atividade laboral em condições insalubres por mais de dez anos. Moisés foi, então, afastado do trabalho, para efeito de tratamento de saúde, sendo que, na ocasião, percebia remuneração de R\$ 3.500,00. Nessa situação, Moisés terá direito a perceber o benefício do auxílio-doença, pago pela previdência social, a partir do 16.º dia de afastamento do trabalho, o qual não poderá ser inferior ao valor da remuneração paga pelo empregador.

## QUESTÃO 38

Julgue os itens seguintes, relativos ao custeio do regime geral de previdência social e às sanções pelo não-recolhimento das contribuições devidas.

- 1 Em 5/12/1996, foi promulgada a lei que instituía o Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (SIMPLES), em face da qual as empresas que lograssem sua inscrição no Sistema passariam a efetuar pagamento unificado de diversas contribuições sociais e impostos federais. Entre as exceções relacionadas na lei, para efeito dessa unificação, não se encontra a contribuição social incidente sobre pagamentos *pro labore* — contribuição a cargo das empresas e pessoas jurídicas, incidente sobre as remunerações ou retribuições pagas pelos serviços prestados, sem vínculo empregatício, por segurados empresários e trabalhadores autônomos —, instituída por meio da Lei Complementar n.º 84, de 18/1/1996. Assim, as empresas inscritas no SIMPLES ficam sujeitas à incidência individualizada dessa contribuição.
- 2 Considere a seguinte situação hipotética.  
Adriano deixou de recolher, no prazo legal, as contribuições previdenciárias descontadas de seus empregados nos últimos seis meses do ano de 1999. Iniciada a ação fiscal pelos agentes do INSS, Adriano promoveu o pagamento do débito, acrescido de todos os valores impostos em lei.  
Nessa situação, mesmo sendo pago o débito antes do oferecimento de denúncia pelo Ministério Público Federal, não estará extinta a punibilidade, mas o juiz poderá deixar de aplicar a pena cominada, ou aplicar tão-somente a de multa, se Adriano for primário e de bons antecedentes.
- 3 Na execução judicial de dívida ativa do INSS, é facultado à autarquia indicar bens à penhora, os quais ficam indisponíveis por parte dos devedores, prevenindo o patrimônio público de eventuais fraudes, desde o momento em que a indicação à penhora é protocolizada no juízo da execução.
- 4 O décimo terceiro salário pago a empregado doméstico integra o salário-de-contribuição desse segurado, para efeito da incidência das contribuições para a seguridade social devidas pelo empregado e pelo empregador, mas não integra o salário-de-contribuição para efeito da apuração do salário-de-benefício.
- 5 Surgiu como “de eficácia contida” a norma constitucional que garantiu a licença de cento e vinte dias a todas as trabalhadoras gestantes e a percepção do respectivo benefício do salário-maternidade. Isso porque, para as trabalhadoras que até então não tinham assegurado esse direito e para aquelas que o tiveram ampliado em sua duração, o benefício previdenciário só poderia ser fruído, nos limites definidos na regra constitucional novel, após a definição legislativa da respectiva fonte de custeio, haja vista a existência de norma também de hierarquia constitucional dispondo nesse sentido.

**QUESTÃO 39****Embaixadas estão fora da economia de energia — apesar do privilégio, alguns diplomatas garantem colaborar reduzindo o consumo**

As 92 embaixadas e 24 representações de organismos internacionais situadas em Brasília não terão de cumprir o racionamento de energia elétrica. Considerados territórios internacionais, esses estabelecimentos e seus funcionários possuem privilégios e imunidades que lhes protegem de multas e de certas punições, como o corte do fornecimento de energia.

O Itamaraty teve de despertar a Câmara de Gestão da Crise de Energia para o fato de que a Convenção de Viena, aprovada pelo Congresso brasileiro em 1965, sobrepõe-se às leis nacionais.

Por não serem considerados territórios nacionais, as embaixadas e seus diplomatas possuem vários privilégios, como, por exemplo, a isenção do pagamento de impostos diretos, como o IPTU e o IPVA, e de impostos de importação.

Os diplomatas também possuem imunidade com relação à jurisdição administrativa, civil e penal do país em que trabalham. Se cometerem um crime, essas pessoas têm garantia de serem processadas em seus países.

É com relação à justiça do trabalho que a imunidade diplomática tem mais problemas. Apoiadas por essas regras, muitas embaixadas contratam funcionários brasileiros, mas não seguem as leis trabalhistas. Em 1990, o STF permitiu que essas reclamações trabalhistas fossem aceitas.

No entanto, ainda persiste um problema que dificulta a vida dos empregados brasileiros. O Brasil não tem como executar a ordem judicial de seqüestrar os bens do empregador, no caso as embaixadas, se uma dívida trabalhista não for liquidada. Isso porque, em face da regra da inviolabilidade, o oficial de justiça não tem como entrar no imóvel para seqüestrar os bens.

Cláudia Dianni. *Embaixadas estão fora da economia de energia.*  
In: *O Estado de S. Paulo*, 10/6/2001, p. B-6 (com adaptações).

Considerando o texto acima, julgue os seguintes itens, acerca do funcionamento das representações de organismos estrangeiros localizados no Brasil.

- 1 Apesar de não ter caráter técnico, o texto acima está juridicamente correto ao considerar as embaixadas como “territórios internacionais”.
- 2 Referida no texto, a Convenção de Viena sobre Relações Diplomáticas sobrepõe-se às leis ordinárias brasileiras.
- 3 No quarto parágrafo do texto acima, está juridicamente correta a afirmação acerca da imunidade diplomática.
- 4 As autoridades brasileiras competentes não têm como executar eventual ordem judicial para seqüestrar bens de Estado estrangeiro situados no Brasil.
- 5 As representações dos Estados estrangeiros situadas no Brasil estão obrigadas a seguir as normas do racionamento de energia elétrica.

**QUESTÃO 40**

Com relação ao direito internacional, julgue os itens abaixo.

- 1 No Brasil, admite-se a extradição de estrangeiro que tenha filho brasileiro menor, mesmo que esse filho dependa economicamente do pai.
- 2 Nos procedimentos de deportação e de expulsão de estrangeiro, a iniciativa é local, ao contrário do processo de extradição.
- 3 De acordo com a Lei de Introdução ao Código Civil Brasileiro em vigor, a lei do país de nacionalidade de uma pessoa determina as regras acerca do começo e do fim da sua personalidade, do seu nome, da sua capacidade e dos seus direitos de família.
- 4 O Código de Bustamante, de 1928, tratado internacional incorporado ao direito brasileiro em 1929, prevalece em caso de conflito com a Lei de Introdução ao Código Civil de 1942.
- 5 O processo de homologação de sentença estrangeira perante o STF não admite exame de matéria de fundo ou apreciação de questões pertinentes ao mérito da causa.

**QUESTÃO 41**

A respeito do direito penal militar, julgue os itens que se seguem.

- 1 Foram adotados os princípios da territorialidade e da extraterritorialidade para a aplicação no espaço da lei penal castrense.
- 2 Considera-se crime propriamente militar o furto praticado no interior de um quartel por um praça em situação de atividade.
- 3 O Código Penal Militar (CPM) adotou o critério do sistema biopsicológico de aferição da inimizabilidade.
- 4 O oficial militar que, em concurso com praças, vier a praticar um crime de autoria coletiva necessária não será considerado *cabeça* somente em decorrência do princípio da hierarquia com os inferiores.
- 5 O Estatuto Penal Militar vigente não contempla as medidas de segurança de natureza patrimonial.

**QUESTÃO 42**

No dia 28/9/1999, no interior de uma unidade militar, um primeiro-tenente da Marinha, em situação de atividade, agrediu, com socos e pontapés, um cabo, na mesma situação, causando-lhe lesões corporais de natureza leve. Ao tomar conhecimento da infração penal, o comandante da unidade delegou a um capitão-tenente a instauração do inquérito policial militar (IPM). Após instaurar o procedimento inquisitório, ouvir testemunhas, determinar a realização do exame de corpo de delito e elaborar relatório, a autoridade delegada encaminhou os autos ao juiz-auditor da Circunscrição Judiciária Militar, que abriu vista ao Ministério Público Militar (MPM). O órgão do MPM apresentou denúncia contra o oficial, que foi aceita. Instalado o Conselho Especial de Justiça, o MPM apresentou um aditamento à denúncia, que foi rejeitado.

Diante dessa situação hipotética, julgue os itens a seguir.

- 1 O comandante da unidade, por exercer a polícia judiciária militar, poderia ter delegado a instauração do IPM a um oficial, desde que de posto superior ou igual ao do autor da infração penal.
- 2 Concluído o IPM, a autoridade militar delegada pode encaminhar diretamente os autos à justiça militar, independentemente da apreciação do relatório pela autoridade delegante, que não pode avocá-lo para dar solução diferente.
- 3 A ação penal é pública incondicionada, tendo o MPM legitimidade ativa *ad causam*.
- 4 Caso o órgão do MPM não oferecesse denúncia no prazo legal nem pedisse a sua prorrogação ao juiz-auditor, bem como não requeresse diligências ou o arquivamento dos autos, ficando inerte, caberia ao ofendido ou ao seu representante legal intentar a ação penal privada subsidiária.
- 5 Caberá o recurso de apelação contra a decisão que não recebeu o aditamento à denúncia.

**QUESTÃO 43**

Em cada um dos itens abaixo, é apresentada uma situação hipotética, seguida de uma assertiva a ser julgada.

- 1 Um indivíduo foi selecionado para prestar serviço militar no 2.º Batalhão de Suprimento, não tendo se apresentado para a incorporação na data aprazada. O comandante da unidade para a qual o conscrito fora designado lavrou termo de insubmissão de forma circunstanciada, encaminhando-o ao juiz-auditor, juntamente com outros documentos relativos à insubmissão. Nesse caso, por tratar-se de uma simples instrução provisória de insubmissão e não de IPM, pode ser arquivada pelo juiz-auditor sem requerimento do MPM.
- 2 Um soldado do Exército responde a processo-crime pelo delito de deserção, ocorrido em 22/11/1991. Nascido em 27/12/1972, contava, na época, com dezenove anos de idade. Em 1992, o soldado foi reincluído nas fileiras do Exército, deixando de ser desertor. A denúncia foi oferecida e recebida em 28/9/1992. Em 25/3/1993, ele desertou outra vez. Nesse caso, considerando que, de acordo com o CPM, o crime de deserção tem a pena máxima de dois anos de detenção, operando-se a prescrição em quatro anos, em relação ao primeiro crime de deserção, a prescrição se consumou em 28/9/1994.
- 3 Um capitão de fragata encontrava-se a serviço fora do território nacional, quando, findo o prazo de trânsito, deixou de comparecer ao local designado: o comando de pessoal de Fuzileiros Navais, sediado na cidade do Rio de Janeiro – RJ. Nesse caso, decorrido o prazo de graça, competirá à Auditoria da 1.ª Circunscrição Judiciária Militar (estados do Rio de Janeiro e Espírito Santo) processar e julgar o crime de deserção.
- 4 Com base em comunicação do comandante da unidade, o órgão do MPM ofertou denúncia contra um capitão do Exército, imputando-lhe a prática do crime de deserção. Ao apreciar a vestibular acusatória, o juiz-auditor verificou a inexistência do termo de deserção. Nesse caso, o juiz-auditor poderá receber denúncia, vez que o termo de deserção não é peça essencial e indispensável à propositura da ação penal.
- 5 Um fuzileiro naval ausentou-se de sua organização militar, sem licença, por prazo superior a oito dias, provocando a lavratura do respectivo termo de deserção. Ao apresentar-se voluntariamente à unidade, foi submetido a inspeção de saúde, tendo sido considerado incapaz definitivamente para o serviço militar. Nesse caso, tratando-se de desertor sem estabilidade, ficará isento da reinclusão e do processo, sendo os autos arquivados após pronunciamento do órgão do MPM.

**QUESTÃO 44**

A respeito da Defensoria Pública da União (DPU), julgue os itens que se seguem.

- 1 Considere a seguinte situação hipotética.  
Dois defensores públicos da União de 2.ª categoria, lotados respectivamente nos núcleos dos estados de Minas Gerais e do Rio de Janeiro, requereram remoção para uma única vaga disponível no núcleo da DPU no DF.  
Nessa situação, o defensor mais antigo na carreira logrará, necessariamente, a movimentação requerida, haja vista a impossibilidade de se utilizar o critério de merecimento nas remoções.
- 2 Embora a reforma administrativa promovida pelo poder público tenha sido implementada por meio de emenda constitucional (n.º 19, de 4/6/1998), subsiste, em favor dos defensores públicos da União, o direito a férias anuais de sessenta dias, de conversão de um terço das férias em abono pecuniário e à gratificação pelo efetivo exercício em local de difícil acesso.
- 3 Considere a seguinte situação hipotética.  
Intimado por meio de mandado, para efeito de se manifestar em processo civil em que a DPU atuava na defesa do réu, o defensor público peticionou ao juízo da causa no sentido de que reconhecesse o vício formal do referido ato de intimação.  
Nessa situação, não há a nulidade reclamada, já que o ordenamento jurídico prevê que a intimação da defensoria se processe pessoalmente, mas sem prever a prerrogativa de que tal ato se efetive nos autos, como ocorre em relação ao Ministério Público.
- 4 É inconstitucional o preceito de lei complementar que atribui ao Senado Federal o mister de aprovar a indicação feita pelo presidente da República para o desempenho do cargo de defensor público-geral, haja vista tal atribuição não constar do texto da Constituição.
- 5 Considere a seguinte situação hipotética.  
Luís foi demitido do cargo de defensor público de categoria especial por ato do presidente da República, após regulares inquérito administrativo e processo disciplinar. Dez anos mais tarde, quando Luís já era falecido, vieram a lume fatos até então desconhecidos que demonstravam, de forma inequívoca, a inocência de Luís e o conseqüente erro das conclusões daqueles procedimentos administrativos.  
Nessa situação, o direito à revisão do processo disciplinar não estará atingido pela prescrição, sendo que o processo revisional poderá ser instaurado pelo cônjuge ou companheira, ascendente, descendente ou irmão de Luís.



**QUESTÃO 47**

Quanto às idéias e ao emprego das estruturas lingüísticas do texto LP-II, julgue os itens que se seguem.

- 1 O emprego da primeira pessoa do plural nas orações “os intelectuais nos sentimos” (R.1) e “os intelectuais padecemos” (R.6-7) constitui um recurso retórico, em conformidade com a gramática, para enfatizar a associação ideológica entre aquele que fala e aquele de quem se fala.
- 2 O “plural majestático” (R.3) é identificado, no texto e na gramática, como o emprego de verbos e pronomes na primeira pessoa do plural para designar a primeira pessoa da gramática ou do discurso.
- 3 Para que a norma culta seja adequadamente respeitada, a forma verbal em “ainda que soe” (R.3) deve ser substituída por **soasse**.
- 4 A retirada do advérbio em “talvez decorra” (R.4) exige também a mudança do modo verbal, de “decorra” para **decorre**.
- 5 Pela estrutura frasal, a oração “produzindo vergonha e culpa” (R.6) admite ser substituída por **e produziria vergonha e culpa**.

**QUESTÃO 48**

Julgue os itens abaixo quanto à correção gramatical e à coerência com as idéias do texto LP-II.

- 1 Paradoxalmente, o desconforto talvez decorra, da vaidade em que a primeira pessoa do singular deixasse o narcisismo excessivamente exposto.
- 2 Então, nós, os intelectuais sofremos esse mal — ou seja, de egos inflados; arrogância mal dissimulada e auto-imagens hiper-dimensionadas.
- 3 Felizmente, nosso trabalho produz o antídoto, que é a proeminência do sentido crítico.
- 4 O sentido crítico interrompe um gesto natural: focalizando nossas próprias pretensões inúteis.
- 5 Não posso evitar à audácia da primeira pessoa, sem o quê seria desatada a trama entre o coletivo padrão ao individual desafinado.

**QUESTÃO 49****Texto LP-III**

- 1 Nem sempre agendas individuais e coletivas coincidem. Na medida do possível, procurei respeitar a agenda intelectual e pública de minha geração, mas não abduci de aproximá-la de  
4 minhas perplexidades pessoais, que consistiam em minha pauta prioritária de desafios.

*Idem, ibidem, p. 55 (com adaptações).*

Julgue os itens seguintes, relativos aos textos LP-II e LP-III.

- 1 Pela continuidade de idéias, o texto LP-III pode funcionar como parágrafo conclusivo para o texto LP-II, se lhe for inserido, logo no início, o conectivo **Portanto**.
- 2 O “individual *gauche* e desafinado” (R.14-15 do texto LP-II) constitui o tema do texto LP-III.
- 3 O texto LP-III é sintaticamente estruturado em três orações, sendo duas delas negativas.
- 4 Transforma-se corretamente em voz passiva a primeira oração do texto LP-III como: **Nem sempre agendas individuais e coletivas são coincidadas**.
- 5 No texto LP-III, o pronome relativo “que” (R.4) retoma a idéia de “perplexidades pessoais” (R.4) e funciona, sintaticamente, como sujeito da oração.

**QUESTÃO 50**

- 1 Pensar o corpo apenas como máquina — ou, no limite, a sua substituição por “máquinas inteligentes” — é o mesmo que ver sem  
4 perceber. A máquina funciona, o homem vive, isto é, estrutura seu mundo, seus valores e seu corpo. O que acontece quando se pensa  
7 que as máquinas são equivalentes a seres vivos? Um pensamento artificialista (segundo o qual é preciso tudo refazer pelo artifício humano) é levado até um ponto em que o próprio pensamento  
10 desaparece. Os cultores do artificialismo não distinguem, por exemplo, cérebro e mente. Ao desvendarem certos mecanismos do cérebro, pensam ter descoberto o segredo do pensamento. É certo que a vida mental é muito mais complexa.

Adauto Novaes. A máquina do homem e da ciência. In: O homem e a máquina – ciclo de conferências. Rio e Brasília: Centro Cultural Banco do Brasil, 27/3/2001, paginação irregular (com adaptações).

Julgue os itens a seguir, com relação às idéias do texto acima e à correção gramatical.

- 1 No texto, são empregados como pertencentes à mesma classe gramatical os seguintes vocábulos: “máquina” (R.1), “estrutura” (R.3) e “pensamento” (R.7).
- 2 Quanto à argumentação do texto, “ver” (R.2) está para **funcionar**, assim como “perceber” (R.3) está para **viver**.
- 3 Por constituir uma explicação do termo anterior, a oração entre parênteses (R.6-7) admite ter os parênteses substituídos por travessões ou por vírgulas.
- 4 O emprego do infinitivo flexionado em “Ao desvendarem” (R.9) põe em evidência os autores da ação.
- 5 Considerando a argumentação do texto, depreende-se que o autor opõe a complexidade da “mente” (R.9), do “pensamento” (R.10) e da “vida mental” (R.11) ao cérebro e à máquina.